



USAID | **ANGOLA**
DO POVO AMERICANO



Uma funcionária da saúde dá uma dose de vacina contra a poliomielite a uma criança.

Plano Estratégico

Agosto 2005

Índice

Declaração de Estratégia.....	2
Contexto.....	2
Angola como um País na Época Pós-Guerra.....	3
Um Programa Integrado	6
Anexo I: Notas Finais da Declaração de Estratégia.....	13
Anexo II: Componentes Ilustrativas do Programa por OE.....	15

Declaração de Estratégia: USAID/Angola

I. Contexto

Angola tornou-se independente em 1975, após 500 anos de subjugação colonial e 14 anos de luta armada entre os colonizadores portugueses e um movimento nacionalista angolano de dissidentes. Na altura da independência, os grupos nacionalistas – incapazes de conciliarem as respectivas aspirações pelo poder nacional, mas capazes de aproveitarem primeiro a generosidade dos patrocinadores da Guerra Fria e depois a enorme riqueza mineral de Angola, mergulharam numa guerra civil brutal que durou 27 anos. Os dois maiores grupos a surgirem durante o longo período de luta foram o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA) e a *União para a Independência Total de Angola* (UNITA). Os combates entre o MPLA e a UNITA, interrompidos por apenas alguns períodos curtos de paz ou quase paz, duraram até à morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em 2002. Ao todo, morreram cerca de 1 milhão de angolanos, 4,5 milhões tornaram-se pessoas internamente deslocadas e mais 450.000 fugiram do país como refugiados.

A guerra prolongada deixou a infra-estrutura do país em ruínas, as suas regiões no interior extremamente minadas e grande parte da sua estrutura social em pedaços. As instituições políticas e económicas, que durante a época colonial eram centralizadas, também foram prejudicadas, pois a guerra (e a filosofia marxista-leninista que o governo adoptou durante a guerra) fortaleceu ainda mais a prática do controlo centralizado e criou as condições que promoveram altos níveis de gastos ilimitados com pouca transparência ou responsabilidade financeira. O efeito da herança do colonialismo e da guerra civil é que Angola está numa posição desfavorável em comparação com outros países em questões de boa governação¹. Não surpreende que Angola esteja também quase em último lugar no que se refere a maioria das medidas de desenvolvimento socio-económico².

A tragédia é que este país pobre é um país extraordinariamente rico. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana e o sétimo maior fornecedor dos Estados Unidos. A produção actual é de 1.6 milhões de barris por dia e está a aumentar. O petróleo representa quase metade do PIB e cerca de 75 por cento do rendimento do governo. Isto, juntamente com o potencial que uma Angola estável e próspera tem de aprofundar a estabilidade e estimular o crescimento económico na região, suscita aos Estados Unidos um grande interesse na estabilidade e prosperidade de Angola. Angola também é o quarto maior produtor mundial de diamantes em bruto³. Menos conhecido é o enorme potencial de Angola em produtos agrícolas, madeira, minério, energia hidroeléctrica, pescas e turismo⁴.

Com o fim da guerra, Angola pode agora aproveitar o seu enorme potencial em maior benefício dos seus cidadãos. Apesar de escaramuças ocasionais em regiões fora de Luanda e no enclave de Cabinda, rico em petróleo, a paz mantém-se e deve continuar. Contrariamente a tentativas anteriores de conseguir a paz para Angola, o acordo de paz de 2002 foi assinado na sequência da clara derrota militar da UNITA pelo MPLA. Além disso, após 14 anos de luta armada pela independência e 27 anos de guerra civil, o povo angolano está exausto da guerra e determinado a avançar. Em apenas três anos, a resposta de emergência à situação pós conflito imediata está agora a ser substituída por uma atenção mais alargada às acções necessárias para apoiar o desenvolvimento sustentado, a longo prazo.

O governo teve, dum modo geral, sucesso na estabilização macroeconómica⁵. Ao fazer isso, diminuiu a inflação e estabilizou também a taxa de câmbio⁶. Além do mais, o governo tomou várias medidas para aumentar a transparência na cobrança e no uso dos rendimentos provenientes das reservas de petróleo⁷. Um outro acontecimento positivo é os preparativos para as eleições legislativas. Ao aprovar as leis sobre as eleições, o governo teve em conta as perspectivas tanto da sociedade civil como dos partidos da oposição. Parece também haver um compromisso da parte do MPLA e da UNITA de, após as eleições nacionais, descentralizarem algumas funções do governo. O processo relativamente abrangente, que levou à criação de novas leis sobre a terra e os direitos das pessoas que vivem com SIDA, sugere mais abertura no espaço político.

Apesar do progresso em inúmeras frentes, ainda há um trabalho considerável a fazer. A vontade política de criar uma economia justa e aberta e um sistema político transparente, responsável e participativo, existe mas é desafiada pelas más práticas profundamente enraizadas pela guerra. Quando e onde existe, é enfraquecida pela falta de capacidade institucional; por um receio genuíno e talvez razoável de mudança rápida (um receio que é comum ao governo e à população); e por uma classe política que não tem experiência com processos democráticos e uma experiência menos do que positiva com a intervenção estrangeira. No entanto, existem incentivos a favor da reforma. Os angolanos têm agora a capacidade de se dedicarem a outra coisa sem ser a guerra e há um sentimento entre os líderes angolanos de que a atenção deve ser dirigida para a resolução das necessidades do povo. Outros incentivos para a reforma são: o desejo do governo de legitimidade internacional e regional, o seu interesse pelo acesso ao capital internacional, a sua compreensão da instabilidade da indústria petrolífera e as suas más recordações da instabilidade económica dos anos 90.

A. Areas de Focus para a USAID

Governança: No curto período que se seguiu a uma guerra prolongada e a séculos de colonialismo, as instituições governamentais angolanas não conseguiram desenvolver capacidades técnicas e de gestão fortes. Também não se desenvolveram num ambiente propício à transparência, à responsabilidade financeira e à participação de base alargada. O poder é altamente centralizado no executivo e há pouco controlo desse poder. O poder legislativo tem pouco poder real. O sistema judicial nacional angolano é fragmentado e está pouco desenvolvido, faltando uma mão de obra adequada qualificada, equipamento e procedimentos de gestão. Consequentemente os tribunais podem ser ineficientes e imprevisíveis. Os governos provinciais e municipais não têm capacidade, autoridade e recursos para distribuir serviços de forma eficaz ou contrabalançar. Com excepção das igrejas, a sociedade civil continua nas fases incipientes de maturidade. O acesso à informação é limitado. Embora exista uma imprensa escrita e emissões radiofónicas independentes em Luanda e nos arredores, o acesso à media em outras partes do país é escasso. Em geral, os baixos níveis de capacidade institucional e individual estão omnipresentes e limitam tanto a oferta como a procura de boa governação.

A qualidade da governação em Angola influencia e é influenciada pelo uso da enorme riqueza mineral do país. Por um lado, os fracos sistemas de governação permitiram a fuga desordenada de recursos para longe de actividades que servem o bem comum. Por outro lado, a riqueza mineral de Angola criou desincentivos ao desenvolvimento de sistemas mais fortes de governação, criando interesses apostados (pelo menos a curto prazo) em manter sistemas fracos

de governação. Além disso, por causa da riqueza mineral do país, o governo não precisa de contar com o imposto sobre o rendimento dos cidadãos para gerar rendimento e, portanto, está a faltar um incentivo importante a um governo receptivo.

A boa governação é central na capacidade do governo satisfazer as necessidades da sua população. Em Angola, o défice na boa governação teve como consequência; (i) oportunidade económica limitada; e, (ii) acesso desigual a serviços de qualidade. Se não forem tratados, estes dois sintomas de má governação, combinados com as pressões descritas mais à frente, podem tornar-se, eles próprios, causas de fragilidade política.

Oportunidade Económica Limitada. Não há estatísticas credíveis sobre o desemprego nacional, mas calcula-se que 46 por cento dos trabalhadores urbanos do país – 48 por cento em Luanda – está desempregada. A falta de oportunidade económica em Angola é o resultado de vários factores. Sem dúvida que durante a guerra era difícil um sector privado convencional ganhar alguma dinâmica. Embora a guerra tenha terminado, muitas das heranças da guerra serão difíceis de ultrapassar ou levarão muito tempo a serem ultrapassadas. Entre as que mais afectarão a oportunidade económica estão a infra-estrutura destruída do país, uma mão-de-obra com baixa escolaridade, um ambiente político hostil, a pouca segurança contratual e níveis dispendiosos de corrupção. Contribuem também para a falta de oportunidade económica a política e outras distorções criadas pela grande disponibilidade de rendimentos do petróleo e dos diamantes. A grande afluência de dinheiro, em qualquer economia, pode levar à valorização da moeda. Quando a moeda se valoriza, as exportações de produtos manufacturados dum país tornam-se menos competitivas nos mercados mundiais e os produtores nacionais são obrigados a concorrer com importações baratas. Esta situação é exagerada no caso de Angola onde, devido às condições do pós guerra, os produtores nacionais nas indústrias não extractivas já estão em grande desvantagem. Embora a sua dominancia debilite condições para crescimento em outros sectores económicos, é importante realçar também que o sector petrolífero proporciona pouco emprego directo ou indirecto. Mais ainda, juntamente com outras organizações internacionais, exerce uma atracção magnética sobre o número restrito de profissionais angolanos qualificados, roubando aos outros sectores de Angola as pessoas mais capacitadas, e travando o desenvolvimento de outros sectores da economia. Por fim, a longa sombra da guerra e o domínio das indústrias extractivas têm conduzido a um nível muito baixo de diversificação económica e uma vulnerabilidade elevada causando um choque económico.

Acesso Desigual a Serviços de Qualidade: O acesso inadequado e desigual a serviços de qualidade contribui para explicar alguns dos sombrios indicadores sociais de Angola. A *Estratégia de Combate à Pobreza* do governo calcula que menos de 35 por cento dos angolanos têm acesso aos serviços prestados pelo sistema nacional de saúde. Calcula-se em 56 por cento a taxa líquida de matrícula no ensino básico. O acesso a serviços é uma outra área em que Angola tem insuficiências⁸. Mais ainda, os pobres são muitas vezes obrigados a pagar montantes substancialmente mais elevados que os ricos por serviços de qualidade inferior⁹. Por exemplo, num estudo feito sobre o acesso que os Angolanos têm à água, foi concluído que os pobres que moram nas favelas peri urbanas de Luanda pagam até 10,000 vezes mais a vendedores privados por água tratada do que ricos que tem água tratada canalizada nos seus domicílios pela empresa provincial de água.¹⁰ Menos obvio é o acesso de má qualidade aos serviços públicos que cria gastos em recursos alternativos. Por exemplo, no *Planalto* usa-se lenha para cozinhar em 93 por

cento das famílias, contribuindo para a degradação ambiental em áreas densamente povoadas. Finalmente, a inexistência de serviços sociais e serviços de utilidade pública tem inúmeras consequências em termos de produtividade nacional.

A capacidade institucional, infraestrutural e humana de prestar serviços sociais em Angola é muito limitada. A falta de capacidade torna difícil o uso de pequenos orçamentos de forma eficaz que está presentemente dedicada a serviços sociais. As despesas com a saúde e a educação como percentagem do PIB em Angola – menos de dois por cento para a saúde e menos de cinco por cento para a educação – continuam entre as mais baixas em África, que tem uma média de seis e dez por cento respectivamente para cada categoria¹⁰. Infelizmente, mesmo o que está atribuído ao sector social não consegue chegar sempre às províncias e aos municípios do centro, e depois às escolas, aos centros de saúde, etc.

B. Pressões Adicionais

Há algumas pressões que, em combinação com os factores acima, aumentam os desafios que Angola enfrenta. Estão entre estas pressões:

Altos Níveis de Urbanização: A pesquisa indica que os países da África Subsariana que demonstram um desenvolvimento desequilibrado, caracterizado por altos níveis de urbanização combinados com baixos níveis de PIB per capita, correm um risco de fracasso do estado, que é cinco vezes superior ao dos países com um desenvolvimento relativamente alto, mantendo constantes outros factores¹¹. A pesquisa feita pelo INE/UNICEF em 2001, calculou que dois terços dos angolanos vivem em cidades. Em si, a urbanização não exerce pressão sobre a estabilidade. Em Angola, contudo, as cidades não têm as infra-estruturas básicas necessárias para apoiar as muitas pessoas que lá vivem e, nas cidades, grandes grupos concentrados de pessoas descontentes são mais directamente confrontadas com as disparidades nos rendimentos e no acesso a serviços.

Explosão de Jovens: A pesquisa do INE/UNICEF concluiu que 60 por cento dos angolanos têm uma idade inferior a 18 anos. Portanto, Angola tem uma das populações mais jovens de África. Na sua maioria sem escolaridade e sem formação, crescendo muitos deles no meio da perturbação causada pela guerra, os jovens angolanos estão muitas vezes mal preparados para terem vidas felizes e produtivas. Logo, têm uma maior tendência a procurar aquilo que é mais rápido e mais fácil, mas que, em última análise, são soluções prejudiciais aos problemas sociais.

Reintegração Lenta das Comunidades Afectadas pela Guerra: Desde o fim da guerra, mais de quatro milhões de angolanos foram reinstalados. Embora a agricultura de subsistência tenha tido uma recuperação rápida, a vida de muitos angolanos continua a ser difícil. Como já ficou demonstrado por vários incidentes recentes, as divisões entre antigos combatentes do MPLA e da UNITA e entre os angolanos que ficaram e os que regressaram, podem ser facilmente exploradas. Na ausência de melhores condições de vida, as oportunidades para explorar clivagens podem aumentar.

C. Potenciais Detonadores de Instabilidade

A maioria dos observadores concorda que o cansaço que os angolanos sentem da guerra é profundo e que o governo é suficientemente forte para contrariar eficazmente qualquer ameaça à

paz, incluindo a actividade separatista em Cabinda. Além disso, em Angola os níveis de animosidade étnica e religiosa são fracos. Contudo, um acontecimento que pode despoletar o conflito em algumas regiões são as próximas eleições que, combinadas com um ou mais factores descritos nas secções A e B acima, podem facilmente acender o conflito. Todavia, embora a violência localizada seja perfeitamente possível, é improvável que as eleições tenham como consequência um regresso à instabilidade generalizada. Se Angola voltar a uma situação de conflito, é mais provável que isso aconteça porque o estado não seguiu a via da boa governação e assim perdeu a oportunidade de criar a estrutura institucional e reguladora necessária para apoiar a fraca prestação de serviços e aumentar as oportunidades, antes que a próxima geração de jovens atinja a maturidade, pois esta praticamente não terá lembranças da guerra nem das dificuldades.

II. Um Programa Integrado

A. Resumo do Programa

O Programa da USAID para Angola, cobrindo o período 2006-09, baseia-se no “Plano Estratégico” 2006-09 do Departamento de Estado e da USAID. O Programa procurará ter um impacto positivo em dois dos Objectivos do Plano:

- “Alcançar a Paz e a Segurança” com ênfase no Alvo desse Objectivo de “Estabilidade Regional”, e
- “Fazer Avançar o Desenvolvimento Sustentável e os Interesses Mundiais” com ênfase nas finalidades descritas sob os Alvos de “Democracia e Direitos Humanos”, “Prosperidade Económica e Segurança” e “Questões Sociais e Ambientais”.

Mais concretamente, o Programa da USAID para Angola contribuirá para o Alvo descrito no seu “Quadro Estratégico para África”

“Gerir Crises e Promover a Estabilidade, a Recuperação e a Reforma Democrática”.

Para determinar a melhor forma de atingir esse Alvo, a USAID, em co-patrocínio com a Chevron, a Esso e a BP, organizou algumas discussões em mesas redondas com individualidades da sociedade civil angolana, do governo e do sector privado e com representantes da comunidade internacional, incluindo doadores e organizações não governamentais. Ficou claro nessas discussões que a estabilidade de Angola, a curto prazo, depende duma maior oportunidade económica e duma melhor prestação de serviços. Contudo, a mais longo prazo para que os ganhos a curto prazo sejam duradouros, para que o país continue numa via que proporcione a todos os cidadãos a oportunidade de prosperarem e para que a estabilidade fique, assim, profundamente enraizada, é essencial uma governação transparente, responsável, participativa e institucionalmente capaz. Estas conclusões levaram-nos a adoptar três Objectivos Estratégicos (OEs)¹²:

- Reforma Abrangente da Governação Avançada (OE9);
- Oportunidade Económica Básica e Meios de Subsistência Mantidos/ Restaurados (OE10); e
- Maior Prestação de Serviços Essenciais por Instituições Locais e Nacionais (SO11).

Para tratar dos três OEs, a USAID propõe um programa integrado, que procurará causar um impacto a nível da população a curto prazo; e um impacto na reforma do sistema, a longo prazo. Para facilitar a obtenção deste impacto à nível da população, desempenharemos um papel activo ao nível comunitário da governação; para facilitar a reforma do sistema, desempenharemos um papel activo ao nível da governação central. Na medida do possível, porque será fundamental tanto para os nossos esforços de reforma a nível da população e do sistema, procuraremos fortalecer os laços entre as comunidades e o governo central reforçando também os sistemas de governação a nível provincial e municipal. Nos três OEs, os principais intervenientes serão o governo, a sociedade civil e o sector privado.

Escolhemos quatro áreas nas quais acreditamos que há uma forte possibilidade de conseguirmos alcançar algum impacto a curto prazo a nível da população numa forma que faça avançar a governação e outras reformas do sistema: melhor saúde, mais acesso ao financiamento, mais acesso aos direitos de propriedade e mais acesso à electricidade. Ao seleccionarmos estas quatro áreas, aplicamos os seguintes critérios: abertura relativa à reforma; capacidade de atrair recursos de várias origens, do governo americano, de empresas e de outros doadores; as relações históricas da USAID no sector; a capacidade do sector de servir de veículo à volta do qual se pode organizar actividades de governação; e a capacidade do impacto no sector se reflectir positivamente para além do sector.

Há outras áreas técnicas que também se qualificariam, aplicando estes critérios. Os nossos impedimentos de abordar outras áreas, são de ordem orçamental e um forte desejo de aprofundar em vez de alargar, uma vez que a profundidade dos problemas de desenvolvimento de Angola requer esforços intensivos. Por exemplo, há uma forte razão fundamental para nos envolvermos na educação, mas pensamos que não podíamos envolver-nos em mais de um sector social, e a nossa experiência e as nossas relações em Angola estão no sector da saúde. Preferimos a electricidade à água por causa da sua relação com o crescimento económico e a prestação de serviços, da importância de Angola na iniciativa energética Bush-Blair, do potencial para parcerias proporcionadas pela electricidade com o Governo Britânico e o sector privado, e da resposta favorável que recebemos dos serviços públicos e do governo quando os abordámos pela primeira vez. Escolhemos a governação como um tema geral em vez do estado de direito porque é possível relacionar as actividades de governação mais directamente com actividades que apoiam a oportunidade económica e a prestação de serviços.

B. Objectivos Estratégicos

1. Reforma Abrangente da Governação Avançada (OE9)

Ao adoptar a boa governação como o pivot do seu programa, a USAID/Angola assegurará que cada actividade que apoia terá um impacto a favor de todos ou alguns dos seguintes propósitos, dependendo do orçamento da USAID corresponder às ambições da USAID:

- Maior participação, ou seja, melhorias na equação oferta/procura da democracia angolana reforçando as capacidades do governo, da sociedade civil e do sector privado de desempenharem os seus respectivos papéis e de interagirem de forma produtiva;
- Aumentar a transparência e a responsabilidade financeira;

- laços verticais mais eficazes entre os vários níveis do governo, incidindo a nível nacional na reforma do sistema; uma atenção a nível das comunidades ao acesso a e à qualidade de serviços sociais essenciais e recursos económicos; e um enfoque nos níveis intermédios, até onde os recursos o permitirem, para melhorar a orçamentação e o planeamento, a supervisão, a informação, as compras e outros sistemas intra governamentais que possam melhorar a prestação de serviços; aumentar a oportunidade económica; e melhorar a transparência, a responsabilidade e a participação.

As actividades geridas no âmbito do OE9 incluirão as actividades já em curso de apoio às eleições, estado de direito e comunicação social (todas financiadas pelo ESF, sendo pequenas as duas últimas actividades) e novas actividades para a criação de capacidades a nível municipal e comunitário e o reforço da sociedade civil.

2. Oportunidade Económica Básica e Meios de Subsistência Mantidos/ Restaurados (OE10)

No quadro deste OE, a USAID apoiará actividades para melhorar o ambiente económico tanto a nível micro como macro. A nível macro, a USAID continuará a corresponder aos esforços do FMI, Banco Mundial e Comissão Europeia para ajudar a reforçar a capacidade do Ministério das Finanças de modo a gerir o orçamento nacional de forma mais eficaz, aberta e transparente e ter acesso à informação e às análises que conduzirão à tomada de decisões sensatas. A USAID complementarará a assistência ao Ministério das Finanças com apoio contínuo a uma comissão económica de peritos numa universidade local, o que irá reforçar a voz da sociedade civil no diálogo entre o sector público e o privado, sobre questões económicas e outras de interesse nacional.

A nível micro, a USAID apoiará os esforços que proporcionarão um maior acesso aos recursos produtivos, em especial finanças e direitos de propriedade. Quanto às finanças, a USAID apoiará actividades tanto a nível da população como a nível estrutural. A nível da população, o focus será de aumentar a disponibilidade de financiamento a agricultores e fornecedores de entrada no sector agrícola. Usando uma abordagem de cadeia de valores (i.e. proporcionando apoio na produção, processos, e compra e venda), esperamos não só aumentar o acesso ao financiamento mas também usar outras avenidas para garantir que aqueles que receberem financiamento o possam usar de forma productiva. A nível estrutural, assumindo a disponibilidade de recursos, procuraremos expandir o range de linhas de productos disponíveis aos consumidores, melhorar um ambiente habilitador para o crédito micro, pequeno e médio, e aumentar a eficiência da supervisão do banco. As nossas actividades a nível structural facilitarão o que estamos a tentar alcançar a nível da população e fortalecer os sistemas de ligação verticais no sector privado. A nível estrutural, trabalhará com o Banco Central e bancos comerciais, fornecerá assistência técnica, treinamento e, se possível, um programa de garantia de empréstimos através da Autoridade de Desenvolvimento de Crédito da USAID.

Relativamente aos direitos de propriedade, iremos (se houver recursos adequados), promover a demarcação e o registo de terras, o uso produtivo das terras registadas, mecanismos reforçados para a resolução de conflitos e uma melhor qualidade de interacção entre a sociedade civil e o governo.

3. Maior Prestação de Serviços Essenciais por Instituições Locais e Nacionais (SO3)

A USAID promoverá a obtenção de resultados a curto prazo a nível da população, ajudando a alargar o acesso aos cuidados de saúde e à electricidade. No sector da saúde, iremos: (a) aproveitar o facto de Angola ter sido escolhida como um dos três países piloto a participarem na iniciativa presidencial para reduzir significativamente a incidência da malária; (b) apoiar as intervenções para diminuir a propagação e mitigar o impacto do VIH/SIDA e outras doenças infecciosas (em particular a poliomielite); e, (c) reforçar os esforços de planeamento familiar. No sector da electricidade, vamos aumentar o acesso à electricidade num pequeno número de comunidades, com o consequente objectivo de demonstrar como é que um melhor planeamento pode fazer com que a electricidade seja usada mais eficazmente para fins produtivos e sociais.

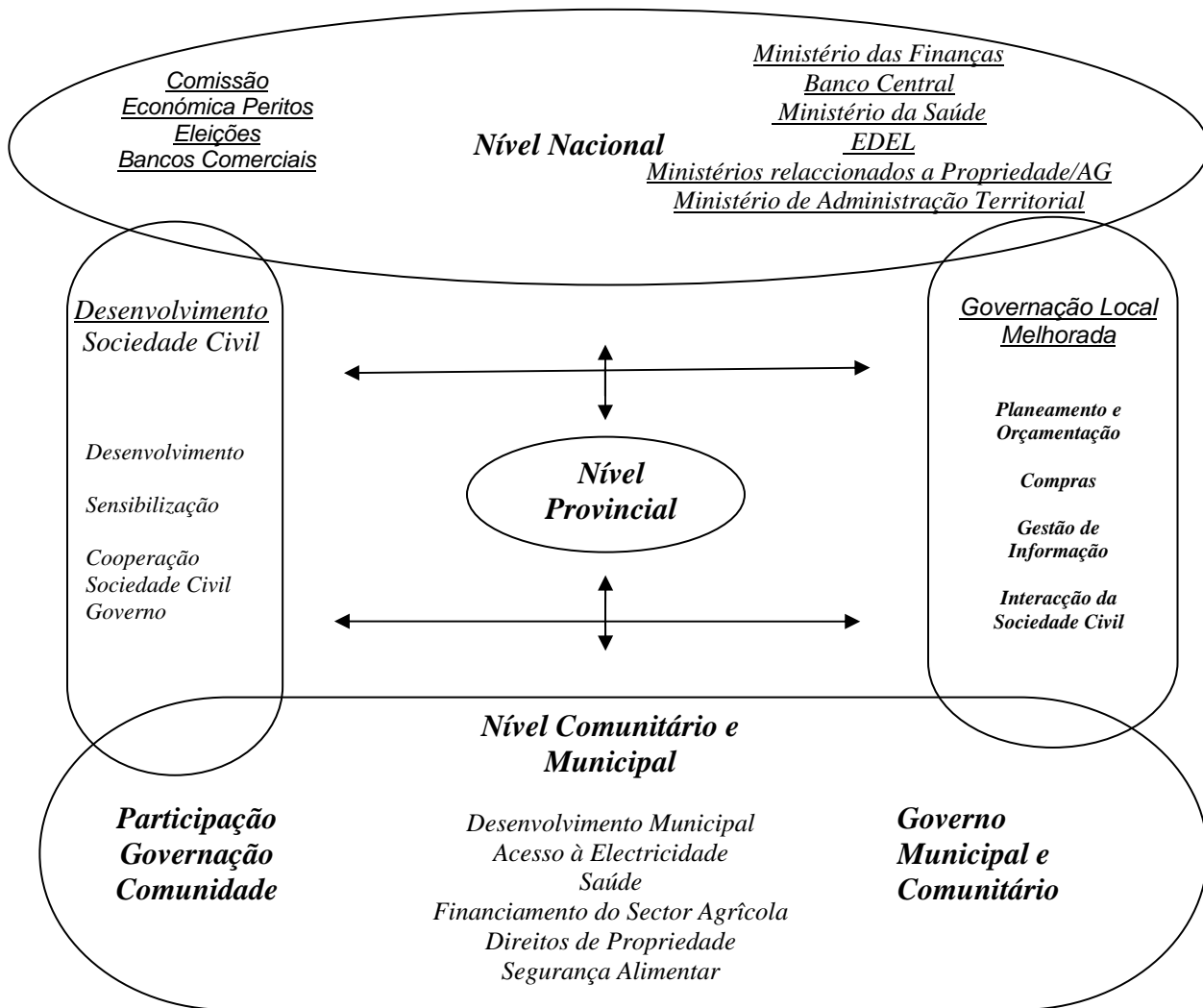
Os objectivos sistémicos a mais longo prazo do OE11 são melhorar a resposta dos serviços nacionais de saúde e electricidade:

- Melhorando as capacidades técnicas e promovendo a reforma do sistema;
- Ajudando a melhorar a capacidade da sociedade civil de resolver as necessidades em termos de cuidados de saúde e electricidade através de esforços de mobilização da comunidade e de melhor acesso aos canais governamentais; e
- Promovendo uma melhor interacção entre o governo e a sociedade civil.

C. Programa Integrado da USAID: Um Gráfico

O diagrama seguinte demonstra as interligações do nosso programa. O lado esquerdo do diagrama mostra as áreas nas quais estaremos a reforçar a sociedade civil, incluindo o sector privado. O lado direito mostra as áreas nas quais estaremos a reforçar o governo. Nos quatro sectores nos quais estamos activos (isto é, saúde, finanças, direitos de propriedade e fornecimento de electricidade), procuraremos facilitar relações construtivas entre a sociedade civil e o governo, o que explica as setas horizontais.

Como indica o diagrama, também procuraremos estar activos tanto a nível municipal (incluindo a nível comunitário) bem como a nível nacional nos nossos quatro sectores de interesse. Isto reflecte a nossa vontade de aumentar a eficácia das relações verticais entre os vários níveis do governo. Infelizmente, os nossos orçamentos provavelmente não corresponderão à nossa vontade. A Actividade de “Governança Local Melhorada” não está financiada ao nível previsto do orçamento. Sem isso, as nossas melhores possibilidades de alcançar o nosso objectivo de melhorar as relações verticais entre os vários sectores governamentais encontram-se no sector da saúde. De um modo geral, a nível nacional, estaremos a procurar efectuar a reforma do sistema. A nível local, procuraremos demonstrar resultados a nível da população.



Também é útil notar que todas as nossas actividades contribuirão para o nosso OE Governança e que várias actividades contribuirão para os três OEs. Isto é demonstrado no diagrama de Venn no fim do Anexo II.

D. Temas Transversais

Ao desenhar as actividades do Programa, a USAID estará atenta por formas a incorporar as intervenções que tratam os dois temas transversais do “Plano Estratégico para África” da USAID.

Género: Em Angola, a guerra teve um efeito profundo no equilíbrio entre os géneros: o inquérito do INE/UNICEF realizado em 2001, concluiu que há apenas 91 homens para 100 mulheres. Não é surpresa que mais de um quarto de todas as famílias sejam chefiadas por mulheres. No *Planalto*, este número passa a cerca de 36 por cento das famílias. Apesar da maior responsabilidade e do maior papel da mulher que isto implica, a cultura angolana tradicional atribui à mulher um estatuto muito baixo, excluindo-as geralmente de posições influentes. O

baixo estatuto das mulheres surge claramente em vários indicadores sociais¹³. Para resolver as disparidades de género, a USAID/Angola procurará assegurar que as actividades que apoia proporcionam amplas oportunidades às mulheres de beneficiarem de melhor prestação de serviços e de maiores oportunidades económicas, bem como oportunidades de representação e participação nos processos democráticos¹⁴.

VIH/SIDA: Angola está rodeada por alguns dos países com as maiores taxas de prevalência do mundo. Embora as estimativas variem, a taxa de prevalência de Angola é muito mais baixa que a dos seus vizinhos. Os dados mais fidedignos disponíveis sugerem uma taxa de 2.8 por cento entre as mulheres grávidas que procuram cuidados pré-natais. As taxas relativamente baixas são atribuídas sobretudo à limitada mobilidade da população durante os anos de guerra. Com o fim da guerra, as pessoas agora desfrutam de maior liberdade de movimento e os refugiados estão a voltar dos países vizinhos onde a prevalência é elevada. Angola enfrenta, assim, o risco de um aumento nas taxas de infecção, se não forem tomadas medidas de prevenção rapidamente. Na verdade, os dados indicam que a prevalência nas províncias que fazem fronteira com os países vizinhos, em especial a Namíbia e a República Democrática do Congo, é mais alta do que em outros pontos do país. Com o nível actual de recursos, as actividades relativas ao VIH/SIDA apoiadas pela USAID incidirão na prevenção e serão incorporadas, o mais possível, em todo o nosso portefólio.

Vamos procurar causar um impacto positivo nos três temas transversais específicos de Angola identificados como “pressões” em I.B acima, embora devamos realçar que o nível do nosso orçamento é de tal ordem que se torna improvável termos um impacto significativo em qualquer das pressões. Forneceremos modelos e procuraremos desenhar modelos de modo a incentivar a sua reprodução; contudo, não seremos capazes de financiar um número significativo de actividades necessárias para uma melhoria rápida.

Altos Níveis de Urbanização: O nosso programa tratará dos elevados níveis de urbanização, procurando tornar a vida em certas áreas rurais e peri-urbanas mais atractiva e viável financeiramente, esperando assim deter o fluxo de população para as áreas urbanas. De forma muito mais limitada, procuraremos melhorar as condições nas zonas urbanas.

Explosão de Jovens: Apoiaremos um futuro melhor para os jovens através de Centros de Juventude que promoverão um comportamento sexual saudável e melhor capacitação para o mercado de trabalho. Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros, vamos também introduzir em Angola “Junior Achievement”. Procuraremos identificar, eventualmente, o financiamento das empresas para a “janela” da juventude no nosso Programa de Desenvolvimento da Sociedade Civil.

Reintegração Lenta das Comunidades Afectadas pela Guerra: Os nossos Programas de Reforço da Capacidade Municipal, Direitos da Propriedade, Acesso à Electricidade, e de Financiamento conduzirão à melhores meios de subsistência e ao melhoramento das capacidades melhoradas por formas a evitar e diminuir o conflito e acelerar assim, a reintegração das comunidades afectadas pela guerra.

E. Enfoque Geográfico

Tendo em conta os recursos limitados de que a USAID/Angola dispõe, as intervenções serão cuidadosamente dirigidas para áreas geográficas prioritárias. Há três tipos de áreas que são consideradas como as que mais precisam de assistência (i) zonas densamente povoadas, como Luanda e em menor grau o *Planalto*; (ii) zonas em que a reintegração social ainda está a acontecer, sobretudo no *Planalto* e em certas áreas ao longo da fronteira com a Namíbia, como Cuando Cubango; e (iii) as zonas em que são mais comuns os abusos dos direitos humanos, como as províncias de Cabinda e Lunda Norte. As decisões sobre o enfoque geográfico da USAID/Angola terão em consideração estes factores (para as decisões relativas ao VIH/SIDA será acrescentado o risco geográfico) e serão tomadas em coordenação com os parceiros (incluindo o governo angolano, parceiros empresariais e outras agências do governo americano) e, a fim de facilitar as complementaridades, com outros doadores.

F. Relação entre os Escritórios Regionais da USAID e com outros Programas

Angola continua a beneficiar de vários programas apoiados pelo Escritório Regional da USAID para a África Austral (RCSA) no Botsuana. A Bacia do Rio Okavango é comum a Angola, ao Botsuana e à Namíbia e o que acontece a montante afecta as populações, a natureza e os ecossistemas a jusante. O USAID/RCSA está a reforçar a Comissão da Bacia do Rio Okavango para a ajudar a cumprir o seu mandato de gestão do rio e dos seus recursos, de forma justa e sustentável. Além disso, como Angola aderiu recentemente à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), as próximas eleições legislativas serão observadas e seguirão as normas e os critérios desenvolvidos – pelo Fórum Parlamentar da SADC apoiado pelo RCSA. Finalmente, o Centro para a Competitividade Mundial da África Austral, criado pelo RCSA, ajudará a assegurar que Angola consegue ter acesso aos benefícios proporcionados pela AGOA.

A USAID/Angola tem sido tradicionalmente destinatária da ajuda alimentar PL 480 e de outros recursos externos ao seu Orçamento Anual de Funcionamento planeado, tais como fundos do Fundo para Vítimas da Guerra e Fundo para Crianças Deslocadas e Órfãs. Dado que Angola permanece vulnerável à insegurança alimentar e que os angolanos continuam a apresentar percentagens elevadas de deficiência física e famílias destruídas pela guerra, estamos convencidos que Angola deve continuar a ocupar um lugar de destaque na lista de prioridades da Agência para esses recursos. Além disso, o programa do Escritórios para África que apoia bolsas de estudos para meninas desfavorecidas permitiu que mais de 4.500 meninas angolanas frequentassem a escola e o apoio do Escritório para Crescimento Económico, Agricultura e Comércio demonstrou ser inestimável para os programas de electricidade e direitos de propriedade da USAID/Angola.

G. Alianças para o Desenvolvimento Global (GDA)

A USAID/Angola tem sido, até à data, um dos realizadores da abordagem GDA mais bem sucedidos da Agência. O Programa 2006-09 foi desenhado para se expandir sem se acrescentar novas actividades, em parte para incluir parcerias, a não ser que um parceiro do sector privado consiga disponibilizar um nível de recursos que justifique a adição de uma nova actividade.

Anexo I: Notas Finais da Declaração de Estratégia

¹ Em 2004, Angola ficou classificada abaixo do 25º percentil nos seis elementos de governação, medida segundo os dados de “Questões de Governação” do Banco Mundial; e ficou abaixo do 10º percentil nas medidas de regulação da qualidade, estado de direito e controlo da corrupção. No “Índice de Percepção da Corrupção” 2005, em 158 países Angola está em 151.

² O Índice de Desenvolvimento Humano mais recente do PNUD, em 177 países coloca Angola em 166. Embora a estimativa do Banco Mundial do rendimento médio per capita seja de \$740, o que é relativamente elevado para a África Subariana, a estratégia de redução da pobreza de Angola (*Estratégia de Combate à Pobreza [ECP]* em português), demonstra que 68 por cento da população vive abaixo do limiar da pobreza de \$1.70 por dia, com 28 por cento a viver em pobreza extrema, com menos de \$0.70 por dia. Os indicadores de saúde de Angola são alguns dos piores na África Subariana: a taxa de fertilidade total é estimada em 7,2 partos por mulher, a esperança média de vida é de 40 anos apenas, a taxa de mortalidade infantil é de 154 por 1.000 nados vivos e a taxa de mortalidade para crianças com menos de 5 anos é de uns surpreendentes 260 por 1.000 nados vivos.

³ Os diamantes representam 95 por cento das exportações não petrolíferas. Prevê-se que a produção atinja mil milhões de dólares em 2006, estando as reservas de diamantes de Angola extremamente inexploradas.

⁴ Antes de 1975, Angola era um principal exportador de produtos agrícolas. Exportou mais de 400.000 toneladas de milho produzido por pequenos proprietários anualmente e foi o quarto produtor mundial de café. O *Planalto* central, ou seja, a região do *Planalto*, recebe muita chuva e tem sido tradicionalmente o celeiro de Angola. Outras partes do país, geralmente mais secas que o *Planalto*, apresentam um potencial agrícola devido a melhor solo e a abundantes recursos naturais para irrigação. O solo fértil de Angola também alimenta uma das maiores áreas de floresta plantada em África que, até à data, tem sido minimamente explorada para fins produtivos. Os muitos rios de Angola fornecem recursos hidroeléctricos significativos, embora estes também não tenham sido plenamente explorados. A sua costa sul orgulha-se de ter algumas das melhores reservas de peixe em África. Este é um recurso que tem sido explorado – há alguma preocupação se a pesca excessiva reduziu as reservas – mas nem sempre em benefício de Angola, pois o policiamento das águas territoriais para evitar frota de pesca sem licença não era uma prioridade durante a guerra. As empresas mineiras angolanas já estão a exportar granito e mármore para mercados estrangeiros e a exploração de minas pode ser um dos sectores não petrolíferos que podia beneficiar a curto prazo da Lei para o Crescimento e a Oportunidade de África (AGOA). Finalmente, muitas regiões de Angola são de uma beleza de cortar a respiração e não é difícil imaginar Angola como um destino turístico, quando o país tiver recuperado da devastação causada pela guerra.

⁵ Durante os anos 80 e 90, Angola foi alvo duma série de episódios hiper inflacionários. A inflação anual chegou aos 3.000 por cento em 1995 e atingiu os 12.034 por cento em Julho de 1996. Em Fevereiro de 2005 era de 28.5 por cento e estava a baixar.

⁶ Durante praticamente toda a década de 90, a taxa de câmbio foi substancialmente sobreavaliada, com o prémio no mercado paralelo a atingir níveis muito acima de 1.000 por cento às vezes. Desde 2000, o prémio do mercado paralelo tem em geral, permanecido abaixo de 1 por cento, e o Kwanza agora mantém o seu valor em relação ao dólar.

⁷ Uma parte significativa das famosas “discrepâncias não explicadas” de Angola nos seus orçamentos publicados, foram eliminadas. Em 2004, um estudo diagnóstico do rendimento do petróleo foi concluído por uma consultoria internacional, KPMG. O estudo foi tornado público no website do Ministério das Finanças. Além disso, auditorias independentes da Sonangol (a empresa estatal de petróleo) e do Banco Central estão em curso, e toda a actividade petrolífera do governo, incluindo os rendimentos e as despesas, está a ser unificada num orçamento no Ministério das Finanças.

⁸ Uma proposta recente da CARE indica que no Kilamba Kiaxi, um município de Luanda, apenas um por cento das famílias tem acesso à rede eléctrica. No *Planalto*, devido à falta de electricidade, o petróleo é a principal fonte de iluminação para 83 por cento das famílias. As famílias no *Planalto* contam com o ambiente para água para beber,

sendo os rios a principal fonte de água para 50 por cento das famílias. Ver o estudo de Tulane University em colaboração com World Vision, 2005, “Inquérito sobre Segurança Alimentar e Subsistência no *Planalto* Central de Angola Rural” feito para o Programa Alimentar Mundial (Junho). As condições a Este e a Sul de Angola são provavelmente ainda piores do que as no *Planalto*.

⁹ Ver Cain, Allan, 2004 “Subsistência e Economia Informal em Angola do Pós Guerra” em Jenny Clover e Richard Comwell, eds., “*Apoiar Modos de Vida Sustentáveis: Uma Análise Crítica da Ajuda em Situações de Pós Conflito*”, Monografia No. 102, Pretoria, África do Sul: Institute for Security Studies, pp. 87-101 (Agosto).

¹⁰ O orçamento para 2006 irá aumentar os montantes para a educação, a saúde e os transportes, mas, de acordo com as recomendações do FMI, usará os excedentes dos rendimentos do petróleo para reduzir o défice nacional e não aumentar significativamente as despesas com o sector social.

¹¹ Goldstone, Jack, et al., 2000, “State Failure Task Force: Phase III Findings,” McLean, VA: SAIC (Setembro).

¹² O “Quadro Estratégico para África” tem um quarto OE, que a Missão considerou: “Reintegração de Pessoas Afectadas por Conflitos”. Preferimos não fazer deste OE o centro da nossa atenção dado que a guerra terá terminado há mais de quatro anos quando começar o novo programa. Contudo, esperamos ter um impacto limitado no OE, em particular através de actividades a nível das comunidades.

¹³ Por exemplo, enquanto que 46 por cento das mulheres com 15 anos ou mais são analfabetas, o número correspondente para os homens é de 28 por cento. Isto tem sérias implicações para as crianças angolanas, tendo em conta a relação entre a educação das mães e as várias estatísticas da saúde, tais como a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos. Para as mães sem instrução, a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos em Angola é de 275 por 1.000 nados vivos enquanto que para as mães com estudos secundários é de 170 por 1.000 nados vivos.

¹⁴ Serão elaboradas medidas específicas para as questões de género – e juventude – através de análises a nível de actividades realizadas para apoiar o desenho de actividades específicas a serem desenvolvidas enquanto a estratégia é implementada.

Anexo II: Componentes Ilustrativas do Programa por OE

OE 9: Reforma Abrangente da Governação Avançada

- Promover e Apoiar Eleições Livres e Justas (ESF)
Programa de Eleições
- Reforçar os Partidos Políticos (ESF)
Programa de Eleições
- Reforçar a Sociedade Civil (ESF, DA)
Programa de Eleições (ESF), Programa de Reforço da Sociedade Civil (DA), Programa de Fornecimento de Electricidade (DA), Programa de Reforma dos Direitos de Propriedade (DA, talvez ESF), Comissão de Peritos (DA, talvez ESF), PL 480
- Reforçar a Governação (ESF, DA)
Ministério das Finanças (ESF), Programa de Desenvolvimento Comunitário (DA), Programa de Saúde (DA), Programa de Fornecimento de Electricidade (DA), Programa de Reforma dos Direitos de Propriedade (DA, talvez ESF)
- Melhorar os Esforços de Reconciliação com Base na Comunidade (DA)
Programa de Desenvolvimento Municipal (DA), Programa de Reforço da Sociedade Civil (DA, CSH) Programa de Acesso à Electricidade; Programa de Financiamento Agrícola, PL 480

OE 10: Oportunidade Económica Básica e Meios de Subsistência Mantidos/ Restaurados

- Proteger e Aumentar os Bens e os Meios de Subsistência dos Pobres (DA)
Programa de Desenvolvimento Municipal (DA), Programa de Reforma Agrária (DA, talvez ESF), Programa de Fornecimento de Electricidade (DA), Programa de Financiamento Agrícola, PL 480
- Aumentar o Acesso ao Capital (DA)
Actividades Relacionadas com as Finanças (DA)

OE 11: Maior Prestação de Serviços Essenciais por Instituições Locais e Nacionais

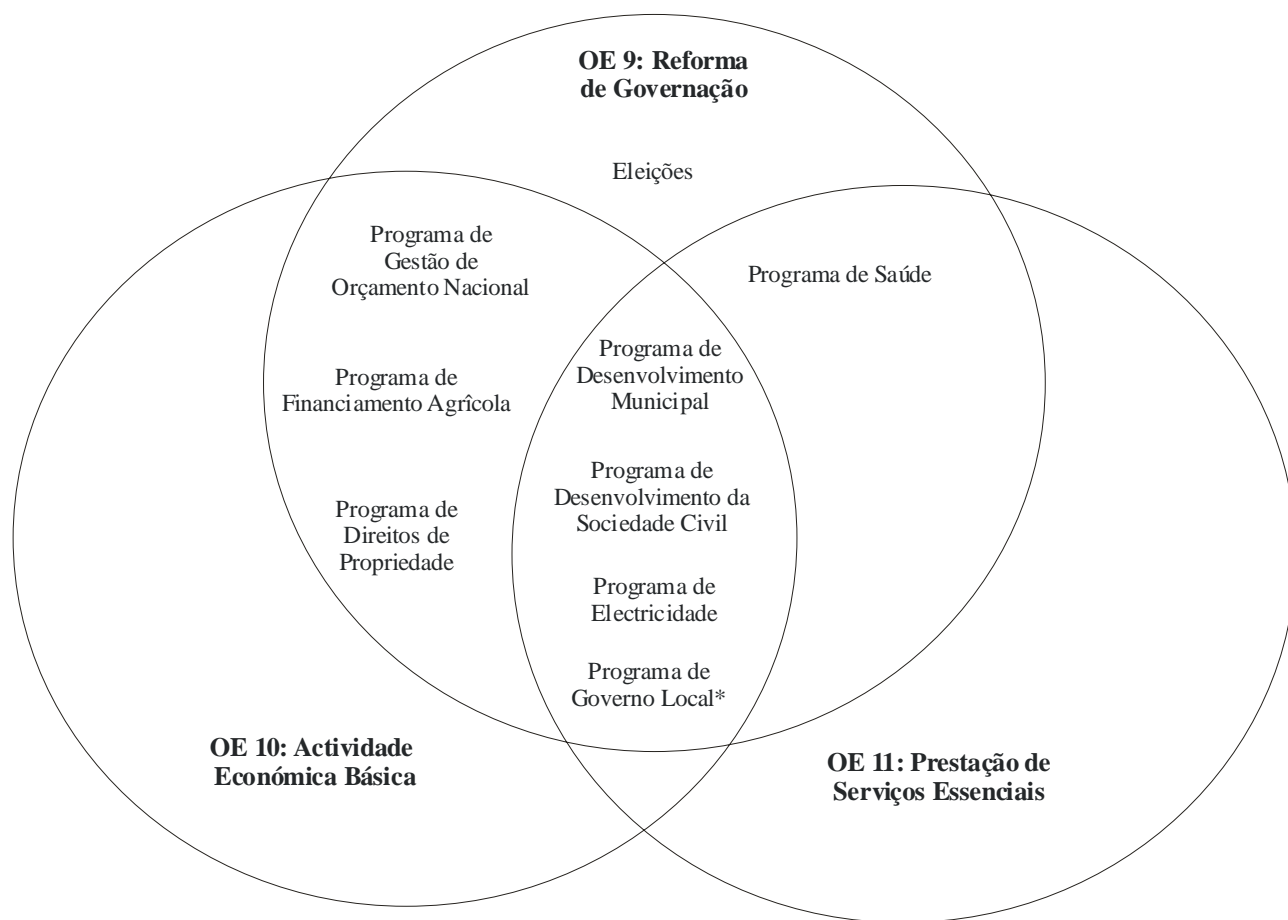
- Alargar e Melhorar o Acesso a Infra-estruturas Económicas e Sociais (DA)
Programa de Fornecimento de Electricidade (DA)
- Melhorar a Capacidade do Sistema de Saúde
Programa de Saúde (DA)
- Reduzir a Transmissão e o Impacto do VIH/SIDA
Programa de Saúde (DA)
- Prevenir e Controlar Doenças Infecciosas de Importância Primordial
Programa de Saúde (DA)

- Reduzir as Gravidezes Indesejadas e Melhorar os Sistemas de Saúde Reprodutiva
Programa de Saúde (DA)

Transversal

- Promover Alianças Públicas-Privadas como um Modelo de Trabalho

Segundo o diagrama a seguir, o nosso programa será integrado, prevendo-se que várias das nossas actividades tenham resultados em mais do que um OE.



* Se os recursos permitirem.